



VICTOR BRITO FERRAZ; GIOVANNA COSTA BRAMONT

**9º ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO
BÁSICA**

**O ESTÁGIO DOCENTE COMO ESPAÇO FORMATIVO: PARA ALÉM DA
FORMALIDADE, A ESCOLA COMO UNIVERSO COMPLEXO E
INTERSECCIONAL**

**DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO ESTÁGIO EM ESCOLAS PÚBLICAS NA
FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE SOCIOLOGIA EM VITÓRIA DA
CONQUISTA**

São Paulo/SP

2025



DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO ESTÁGIO EM ESCOLAS PÚBLICAS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE SOCIOLOGIA EM VITÓRIA DA CONQUISTA

Victor Brito Ferraz ¹
Giovanna Costa Bramont ²

RESUMO

O resumo em tela apresenta o relato de experiência confeccionado a partir dos estágios supervisionados realizados em escolas públicas por licenciandos em Sociologia e Ciências Sociais na cidade de Vitória da Conquista (BA), entre 2023 e 2024. Objetiva, portanto, discutir os desafios e perspectivas enfrentados ao longo do estágio. Foram realizados no Colégio Estadual Professora Heleusa Figueira Câmara e no Instituto Federal da Bahia (IFBA) e observou-se como as recentes reformas educacionais — a exemplo das Leis nº 13.415/2017 e nº 14.945/2024 — impactaram a carga horária e a qualidade do ensino de Sociologia. A metodologia adotada foi qualitativa, exploratória e explicativa, fundamentada em observações e registros efetuados durante o estágio e a participação no PIBID/Sociologia, além da revisão bibliográfica calcada em Freire (1996), Lima (2000) e Wierczorkiewicz (2022). Os principais desafios identificados referem-se à carga horária reduzida, às condições precárias de trabalho docente e à limitação de recursos pedagógicos. Conclui-se que os estágios supervisionados, somados a programas como o PIBID, sobretudo quando realizados em instituições de ensino públicas, são essenciais para a formação docente e para o fortalecimento do ensino de Sociologia como instrumento de emancipação e reflexão crítica para os discentes do nível superior.

Palavras-chave: Sociologia, Estágio Curricular Obrigatório, PIBID, Formação de Professores, Bahia.

INTRODUÇÃO

Hodiernamente, o ensino de Sociologia enfrenta, uma vez mais, diversos desafios, sobretudo na esfera pública. Após as reformas curriculares recentes, em especial as implementações do “Novo Ensino Médio³” e do “*Novo Novo Ensino Médio*⁴”, a carga horária

¹ Professor Regente (Colégio Estadual José Sá Nunes - Distrito Inhobim), Especialista em Docência na Educação Superior (Claretiano Centro Universitário), Bacharel em Relações Internacionais (UFF), Licenciado em Sociologia (UNIASSELVI), Bacharel em Ciência Política (UNIASSELVI), Graduando em Direito da UESB, PeD, branco, homem cisgênero, Vitória da Conquista/BA, victorbritoferraz@protonmail.com;

² Graduanda em Ciências Sociais da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, parda, mulher cisgênero, Vitória da Conquista/BA, gcostabramont@gmail.com.

³ Através da Lei nº 13.415/2017, foi alterada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) com uma nova organização curricular que, em tese, contemplaria às diretrizes da BNCC.

⁴ Na academia e no cotidiano escolar, alcunhou-se o termo “Novo Novo Ensino Médio” para referenciar a Política Nacional de Ensino Médio (PNEM, Lei Nº 14.945/2024).

referente às disciplinas de Ciências Humanas e Sociais nos níveis fundamental e médio foi severamente afetada, realidade da qual compartilham as aulas de Sociologia⁵.

De modo semelhante àquilo que é observado contemporaneamente, o histórico da disciplina no Ensino Médio, desde a sua implementação primeira, já presenciava uma série de “indas e vindas”, tal como aponta Wieczorkiewicz (2022).

Destarte, o relato de experiência⁶ em tela objetiva discutir os desafios e as perspectivas dos estágios supervisionados em escolas públicas na formação de professores de Sociologia em Vitória da Conquista – BA. As discussões e problemáticas apresentadas são fruto das experiências vivenciadas pelos proponentes entre 2023 e 2024 nas redes estadual e federal de ensino básico na cidade supracitada.

Entre abril e junho de 2023, visando cumprir o componente curricular “Estágio Supervisionado” da Formação Pedagógica em Sociologia do Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI) o autor estagiou no Colégio Estadual Professora Heleusa Figueira Câmara⁷ (alinhado também de “Heleusa”) em Vitória da Conquista (BA) e, por sua vez, a coautora foi bolsista no PIBID/Sociologia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), campus de Vitória da Conquista, em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) e realizou sua Iniciação à Docência junto às turmas de nível médio do IFBA entre maio de 2023 e abril de 2024. Para fins de organização e referenciação do relato aqui proposto, os colégios supracitados serão referidos enquanto “Heleusa” e “IFBA”, alcunhas utilizadas pela população local.

O IFBA foi criado em 29 de dezembro de 2008, por meio da lei nº 11.892, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. A transformação do CEFET em IFBA o vinculou ao Ministério da Educação (MEC) e o tornou membro do CONIF, possuindo forma jurídica de autarquia. Além disso, o Instituto Federal detém autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

⁵ Para fins exemplificativos, o termo “Sociologia” é listado uma vez na PNEM.

⁶ Conforme a resolução CNS nº 510 de 2016, artigo 1º, incisos VII e VIII, é dispensado o registro de produções pessoais de experiência pedagógica. Segundo a resolução, “Parágrafo único. Não serão registradas nem avaliadas pelo sistema CEP/CONEP: (...) VII - pesquisa que objetiva o aprofundamento teórico de situações que emergem espontânea e contingencialmente na prática profissional, desde que não revelem dados que possam identificar o sujeito; e VIII - atividade realizada com o intuito exclusivamente de educação, ensino ou treinamento sem finalidade de pesquisa científica, de alunos de graduação, de curso técnico, ou de profissionais em especialização”.

⁷ A alteração do nome do Colégio ocorreu através de uma portaria publicada em 28 de janeiro de 2022, na qual o Governo do Estado da Bahia alterou formalmente o nome do então “Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães”, de Vitória da Conquista, para Colégio Estadual Professora Heleusa Câmara. A mudança em questão foi realizada de modo a homenagear a professora Heleusa Figueira Câmara, escritora, memorialista e cofundadora do PROLER/UESB.

Nesse contexto, tal instituição, enquanto entidade educacional, tem o compromisso de proporcionar ensino público, livre e de excelência para todos, desde jovens até profissionais, tanto em áreas urbanas quanto rurais. É uma instituição multiunidades na Bahia, constituída por vinte e dois campi, além de disponibilizar cursos de educação a distância (EAD). O IFBA é uma Instituição de Ensino equipada e possibilita, enquanto espaço físico, que os alunos tenham mais projetos e acesso a diferentes materiais e recursos.

Ademais, em aquilo que tange ao ambiente físico do IFBA, o ambiente é deveras arborizado e contém amplos espaços de convivência para todo o corpo estudantil. O IFBA é localizado no bairro Zabelê, na zona oeste do município de Vitória da Conquista, contém cursos de graduação, ensino médio acoplado ao curso técnico e cursos profissionalizantes.

Outrossim, cabe ressaltar que a integração dos cursos técnicos ao ensino médio regular no Brasil foi estabelecida pela Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008. Essa lei alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), incluindo a possibilidade de oferta concomitante dos cursos técnicos junto ao ensino médio.

A implementação desses cursos ocorreu gradualmente em escolas regulares de ensino médio, bem como em instituições especializadas, como os Centros Estaduais de Educação Profissional (CETEPs) e os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), que passaram a oferecer essa modalidade de ensino. Esta integração visava proporcionar aos estudantes uma formação mais completa, combinando conhecimentos teóricos aos conhecimentos práticos, preparando-os tanto para o mercado de trabalho quanto para a continuidade dos estudos no ensino superior.

Através de suas respectivas atuações, os autores observaram desafios de natureza pedagógica, estrutural e formativa em aquilo que concerne ao ensino do componente curricular sociologia nas turmas de nível médio acompanhadas. Tendo em vista o caráter recente das leis nº 13.415/2017 e 14.945/2024, pesquisas e relatos de experiência que versem a respeito do ensino de sociologia mediante às reformas mencionadas reafirmam suas relevâncias científicas e documentais.

METODOLOGIA

Metodologicamente o relato tem caráter exploratório, explicativo e qualitativo, ao serem aliadas à revisão bibliográfica, os diplomas legais e dados levantados ao longo dos estágios supracitados, bem como as experiências relatadas. A carga horária acompanhada no Heleusa foi de 1h/aula por semana (em uma turma) e de 1h/aula por semana (em cada turma) no IFBA,

momentos nos quais eram tecidos registros escritos e comentários a respeito tanto das aulas (em termos de conteúdo e abordagens pedagógicas), quanto das questões estruturais e curriculares envolvidas.

Os instrumentos de coletas de dados usados pelo autor foram entrevistas, relatórios manuscritos e formulários impressos, não tendo sido solicitados registros fotográficos por parte da UNIASSELVI, enquanto os instrumentos de coleta utilizados pela coautora foram relatórios manuscritos, registros fotográficos e, ao fim do PIBID⁸, um relatório digital enviado à CAPES⁹. Como o presente resumo expandido figura na condição de relato de experiência, não houve a necessidade de submetê-lo ao CEP, tal como versam os parágrafos VII e VIII da Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016 do CNS.

Os dados colhidos através das entrevistas com os profissionais das escolas (partindo desde às coordenações pedagógicas, ao diretores, aos vice-diretores, aos bibliotecários, aos porteiros e responsáveis pelos refeitórios e mesmo aos respectivos alunados) permitiram orientar as abordagens realizadas em sala de aula ao longo dos períodos de regência.

Para além das entrevistas obrigatórias e direcionadas pelas instituições às quais os autores estiveram vinculados quando da realização dos estágios (cumpridas com os professores da área de Sociologia), convencionou-se também entrevistar a bibliotecária para um maior aprofundamento quanto à dinâmica dos alunos nas escolas analisadas. Essa última entrevista, inclusive, possibilitou a plena compreensão da novas dinâmicas escolares no pós-pandemia.

DESENVOLVIMENTO

A educação é um direito fundamental assegurado pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. De acordo com a “Carta Cidadã”, em seu artigo 205¹⁰, “A

⁸ O PIBID é um programa “criado pelo Governo Federal em 2007 e coordenado pela Diretoria de Educação Básica Presencial da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)” (BRASIL, 2011). Os alunos envolvidos no programa em questão têm a oportunidade de desenvolver atividades práticas, tais como dinâmicas e debates, atividades que exploram as interações sociais e os desafios da juventude hodierna.

⁹ A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) é uma fundação vinculada ao Ministério da Educação (MEC) que exerce uma atividade fundamental na ampliação dos cursos de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) em todas as regiões do Brasil. A partir de 2007, passou também a atuar na formação de professores da educação básica, ampliando sua área de atuação tanto na qualificação de profissionais no país quanto no exterior. As atividades da CAPES estão organizadas em diferentes eixos de ação, cada um deles composto por um conjunto estruturado de programas específicos, como o PIBID (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2020). Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/sobre-a-cap>. Acesso em: 15 jun. 2025.

¹⁰ A referida norma recepciona o artigo 26º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que versa “Todo ser humano tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. O ensino fundamental deve ser obrigatório. A educação técnica e profissional deverá ser disponibilizada de modo

educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 2016).

Dentre as disciplinas componentes de uma licenciatura, há aquela do Estágio Curricular Supervisionado, momento no qual o discente tanto observa a dinâmica da sala de aula, quanto participa ativamente do processo de ensino-aprendizagem, para além de haver também a possibilidade de o discente integrar projetos extensionistas (a saber, iniciativas como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica coordenado pelo CNPq e o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência coordenado pela CAPES).

É sabido que o Estágio Curricular Supervisionado (desde as etapas de observação até à etapa de regência) é uma parte fundamental da formação dos licenciandos, sobretudo quando realizado no ensino público. Tal é a importância da escola pública que Anísio Teixeira afirmou “Só existirá democracia no Brasil no dia em que se montar no país a máquina que prepara as democracias. Essa máquina é a da escola pública” (Lima, 2000). É em tal ambiente que o alunado é preparado para a sua integração junto à sociedade, havendo, nos componentes curriculares, temáticas caras à convivência e à formação cidadã.

Adicionalmente, sabe-se que os projetos de extensão desempenham um papel imprescindível na formação acadêmica, componente educacional passível a facilitar a conexão entre conhecimento teórico e prática docente. Juntamente com abordagens pedagógicas diversificadas voltadas aos alunos do ensino médio, tais projetos permitem o aprimoramento das habilidades pedagógicas dos bolsistas, para além de possibilitar o desenvolvimento de uma compreensão mais profunda do ambiente escolar.

O conjunto em questão enriquece a formação dos futuros profissionais da educação, uma vez que contribui para o desenvolvimento das habilidades pedagógicas e da compreensão das dinâmicas educacionais. Mais especificamente no campo da Sociologia, atividades como estas auxiliam ainda em discussões acerca dos conflitos sociais, do cotidiano e da dignidade da pessoa humana, temáticas transversais àquela do componente curricular aqui analisado.

A introdução dos Direitos Humanos nos currículos escolares, impulsionada pelo Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos de 2007, reflete um compromisso estatal e institucional em formar cidadãos conscientes, críticos e comprometidos com uma sociedade mais justa e inclusiva, fortalecendo a base educacional em tais valores.

Disponibilizado em 2022, O "Documento Curricular Referencial da Bahia para o Ensino Médio" destinava apenas 80h anuais ao ensino de Sociologia no Ensino Médio em Tempo Integral Transdisciplinar, sendo 40h para a 2ª série e 40h para a 3ª série (e zero horas para a 1ª série), montante que totaliza 1h/aula (de 40 minutos) semanal por série.

O primeiro e mais evidente desafio encontrado ao longo da realização dos estágios curriculares e extensionistas aqui analisados foi o tempo total destinado ao componente curricular Sociologia. Ao passo que na rede estadual, conforme apresentado, a carga horária era diminuta, na rede Federal, por sua vez, a carga horária semanal era também de 1h/aula, ainda assim insuficiente quando confrontada com a extensão e profundidade dos conteúdos listados para cada uma dessas séries.

Enquanto no Heleusa foram acompanhadas aulas ministradas por um professor sob contrato REDA (trabalhador que, portanto, não dispunha de parte considerável dos direitos trabalhistas da categoria, com o adendo de haver a possibilidade de mudança de lotação à critério do governo do estado) em turmas do segundo ano do ensino médio, no IFBA as aulas eram ministradas por uma professora efetiva sob regime de Dedicção Exclusiva¹¹ (modalidade de trabalho regida pela lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012 e que versa a respeito da estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal) e as turmas acompanhadas eram aquelas de terceiro ano do ensino médio.

Do primeiro, decorreram outros dois desafios consecutivos. Pedagogicamente, percebeu-se no Heleusa, por parte do professor, a escolha de priorizar o aprofundamento de alguns dos conteúdos frente a outros, fato que afetava os caracteres formativo e crítico da disciplina.

Ainda pedagogicamente, em função do tempo disponível para a disciplina, houve também impacto direto nas modalidades avaliativas utilizadas, uma vez que estas necessariamente precisavam estar circunscritas a 1h/aula (não havendo tempo extra para que o discente viesse a realizá-las). Quando realizadas na modalidade objetiva, o tempo era minimamente adequado à realização, contudo, a realização de atividades na modalidade discursiva mostrou-se um desafio, uma vez que a extensão destas era mais curta.

¹¹ Conforme veiculado pelo próprio Instituto Federal aqui referenciado, a “Dedicção Exclusiva (DE) é o regime que implica, ao servidor docente, o impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada, com as exceções previstas na Lei 12.772/2012. Assim sendo, as exceções ao regime de dedicação exclusiva são todas as situações previstas em Lei em permitem a acumulação do cargo de docente em regime de DE com outras funções remuneradas” (INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA, 2025). Disponível em: <https://portal.ifba.edu.br/dgp/manual-do-servidor/itens-do-manual/excecoes-ao-regime-de-dedicacao-exclusiva>. Acesso em: 15 jun. 2025.

Em aquilo que concerne ao aspecto formativo, a existência de apenas 1h/aula por turma para a disciplina de Sociologia impacta no número de turmas dentro das quais o estágio e os programas de extensão são realizados, dado que o estagiário e o extensionista precisam ou acompanhar o número máximo de turmas para perfazer a carga horária total, ou prolongar sua atuação até o momento limite permitido pela instituição representada (exigindo inúmeros deslocamentos até o local de execução do estágio ou atividade extensionista).

É pertinente atentar-se também ao fato de o Heleusa estar localizado no bairro Candeias, hoje um bairro de classe média-alta/ classe alta da cidade de Vitória da Conquista, uma vez que isso tem impactado diretamente a composição do alunado, visto que havia alunos egressos das redes municipal e estadual de ensino, para além de egressos da rede privada de ensino da cidade, tal como atestado através da entrevista realizada pelo autor com o diretor da referida instituição.

Durante o período de participação da coautora no IFBA, foram acompanhados alunos do segundo período do curso técnico em Eletromecânica e do terceiro período do curso técnico em Eletrônica. Essas turmas eram compostas por até 30 estudantes, com idades entre 16 e 18 anos. Observou-se que, no turno vespertino, a maioria dos alunos era oriunda de outras regiões e de escolas públicas. Já no turno matutino, predominavam estudantes residentes em Vitória da Conquista (cidade onde se localiza o campus do IFBA) e provenientes de escolas privadas.

Foi atestado pela coautora que tal discrepância na composição das turmas entre os turnos da manhã e da tarde gerou diferentes implicações para a dinâmica em sala de aula. A origem geográfica dos alunos do turno vespertino, em sua maioria provenientes de áreas mais distantes ou de outras regiões, foi passível a refletir diferenças socioeconômicas e culturais em relação aos estudantes do turno matutino, geralmente moradores locais.

O fato de parte do alunado do período matutino terem cursado o ensino básico em instituições privadas, foi também passível a indicar o acesso a recursos educacionais diferenciados ou contextos familiares com maior poder aquisitivo. Além disso, fatores como transporte, jornada de trabalho dos responsáveis e atividades extracurriculares eram fatores determinantes na escolha dos turnos por parte das famílias dos discentes.

Essas informações foram evidenciadas, por exemplo, na observação da turma do 3º ano B, alocada no turno matutino, composta majoritariamente por estudantes do sexo masculino, brancos, com acesso a línguas estrangeiras e fluência em inglês. Em contraste, uma parcela diminuta dos alunos do período vespertino teve a oportunidade de participar de atividades extracurriculares fora do ambiente institucional.

Diante desse cenário, quando da participação no PIBID pela coautora no IFBA, destacou-se a necessidade de que a professora supervisora adaptasse seu estilo de ensino às diferentes necessidades educacionais dos discentes. Tal contexto exigiu uma abordagem pedagógica diferenciada por parte dos docentes da instituição, a fim de atender às diversas demandas e garantir uma experiência educacional equitativa para todos.

Destarte, destaca-se também a importância de a coautora ter participado da Jornada Pedagógica 2024 do IFBA. A realização do evento supracitado proporcionou um espaço para que os professores se atualizassem quanto às novas abordagens e metodologias de ensino, bem como para compartilhar suas experiências e desafios em sala de aula.

Paralelamente, eventos dessa natureza permitem que os professores discutam e compreendam como as políticas educacionais nacionais, a exemplo da BNCC e a LDB, são passíveis à aplicação em suas respectivas práticas pedagógicas diárias, garantindo que estejam alinhados com as diretrizes curriculares e legais.

Esses eventos também são importantes para o planejamento e a melhoria contínua, pois oferecem uma oportunidade para os professores discutirem estratégias de ensino, avaliação e inclusão, bem como identificarem áreas para desenvolvimento profissional. Em resumo, as jornadas pedagógicas desempenham um papel fundamental no desenvolvimento profissional dos professores e na promoção da qualidade da educação oferecida aos alunos, uma vez que o tema central da Jornada Pedagógica 2024 foi “Quem falta faz falta: Diálogos sobre evasão escolar nos Cursos Técnicos e Superiores”.

No IFBA, tanto a estrutura física quanto a carga horária (horas-aula de 50 minutos) e o regime de trabalho da professora permitiram tratar criticamente e de maneira mais aprofundada os temas elencados, havendo debates a respeito de raça, classe, gênero e desigualdades sociais com desdobramentos para além do conteúdo programático.

Em aquilo que concerne à atuação da coautora, evidenciou-se que a totalidade dos participantes do Programa foi protagonista de transformação. Sob a influência dos princípios da “Pedagogia da Autonomia” de Paulo Freire, a reflexão sobre a prática educativa foi objeto central para compreensão do impacto das experiências vivenciadas.

A imersão na prática pedagógica proporcionou aos bolsistas do PIBID um espaço de aprendizado e crescimento pessoal. Assim sendo, a vivência na escola contribuiu para uma compreensão mais profunda dos desafios e das potencialidades da Sociologia, preparando os licenciandos para enfrentar os desafios da prática docente de forma mais consciente e comprometida.

A presença dos bolsistas do PIBID nas escolas traz consigo práticas pedagógicas inovadoras e contextualizadas, capazes de despertar o interesse e a participação ativa dos estudantes no processo de ensino-aprendizagem. Desse modo, a implementação de atividades diferenciadas e o uso de recursos didáticos diversificados promoveram um ambiente de ensino mais estimulante e acolhedor, favorecendo o desenvolvimento integral dos alunos.

A relação de proximidade entre bolsistas e estudantes possibilitou uma atuação mais individualizada e atenta às necessidades específicas de cada aluno, contribuindo para a promoção da igualdade de oportunidades e o fortalecimento da autonomia dos discentes atendidos pelos extensionistas.

Ao circunscrever a prática formativa à realidade do interior do sudoeste da Bahia, faz-se necessário apontar especificidades outras concernentes à localidade. A Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, instituição à qual se vincula a coautora dista cerca de 15km do IFBA e, através de transporte coletivo, leva-se cerca de uma hora.

O contexto regional apresenta resistências e obstáculos que exigem uma abordagem cuidadosa, onde o enfrentamento de preconceitos arraigados requer não apenas atividades práticas, mas também um diálogo constante e uma reflexão crítica sobre as próprias práticas pedagógicas. Como aponta Freire, "[...]ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção" (FREIRE, 1996, p.47).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A interpretação dos dados apresentados neste resumo evidencia as contribuições do estágio supervisionado e dos programas de extensão na formação docente. Tais componentes representam uma etapa fundamental na formação de professores de Sociologia, ao permitir o confronto direto entre teoria e prática. Ademais, o PIBID é uma importante etapa no processo formativo do licenciando, pois proporciona a oportunidade de vivenciar e aplicar os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso.

Os alunos envolvidos no programa têm a oportunidade de desenvolver atividades práticas, tais como dinâmicas e debates, exercícios que exploraram as interações sociais e os desafios da juventude contemporânea. Os espaços escolares foram, portanto, espaços propícios para estabelecer essas interações e dinâmicas sociais.

Para os estudantes, as interações durante os intervalos, outrossim, não apenas oferecem oportunidades para trocas, mas também para a expressão do protagonismo dos sujeitos como parte ativa da sociedade. Portanto, a valorização dessas relações dá-se também pelo potencial

de sociabilidade e expressão individual, ponto conectado às análises sobre políticas educacionais e o contexto das juventudes.

Por esta razão, as aulas de sociologia são basilares na grade curricular para formar cidadãos pensantes e críticos quanto às relações sociais impostas, sobretudo pela interação autônoma dos alunos através de uma educação libertadora. Afinal, para Freire a autonomia não pode ser imposta nem doada por outro — ela é uma construção individual e consciente do sujeito (Freire, 1996).

Evidenciou-se, portanto, que a educação reside na complexidade das questões enfrentadas diariamente pelos professores. Os docentes lidam com uma diversidade de alunos, cada um com suas próprias necessidades, desafios e potenciais. Ainda em Freire, afirmou-se que "Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender" (Freire, p.25, 1996), há, portanto, na sala de aula, uma relação de aprendizado mútuo entre docentes e discentes (sejam estes estagiários e extensionistas do ensino superior, sejam discentes do ensino básico).

A pressão para alcançar resultados acadêmicos é contrastada com a realidade multifacetada da sala de aula, isso exige dos professores uma adaptação constante e uma abordagem flexível. Por outro lado, o poder transformador da educação é imensurável, devido à sua capacidade de impactar vidas e moldar o futuro.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 jun. 2025.

BRASIL. **Documento Curricular Referencial da Bahia para o Ensino Médio - Volume 2**. Disponível em: <http://dcrb.educacao.ba.gov.br/>. Acesso em: 28 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Seção "Educação Básica". 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/2191-plano-nacional-pdf/file.m>.

BRASIL. **Ministério da Educação. Programa de bolsas seleciona projetos para 8,9 mil alunos**. Brasília, 08 abr. 2011. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16056. Acesso em: 15 jun. 2025.

BRASIL. **Resolução CNS nº 510, de 7 de abril de 2016 (2016)**. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html. Acesso em: 30 abr. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA. **Exceções ao regime de Dedicção Exclusiva**. Disponível em: <https://portal.ifba.edu.br/dgp/manual-do-servidor/itens-do-manual/excecoes-ao-regime-de-dedicacao-exclusiva>. Acesso em: 15 jun. 2025.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Sobre a CAPES**. Brasília: Portal Gov.br, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/sobre-a-cap>. Acesso em: 15 jun. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LIMA, Haroldo. **De Caetité a Anísio**. Disponível em: http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/folheto_haroldo.htm. Acesso em 30 abr. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/download/50044/91601>. Acesso em: 15 jun. 2025.

WIERCZORKIEWICZ, Alessandra Krauss. **A Sociologia no Ensino Médio: uma análise histórica de suas idas e vindas no currículo escolar brasileiro**. Revista Educação Pública, Rio de Janeiro, v. 22, nº 29, 9 de agosto de 2022. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/22/29/a-sociologia-no-ensino-medio-uma-analise-historica-de-suas-idas-e-vindas-no-curriculo-escolar-brasileiro>. Acesso em 29 abr. 2025.